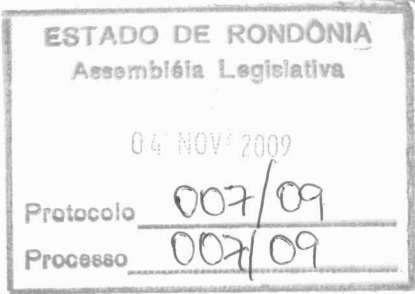




PROTOCOLO			Nº 029/09 
		PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL	
AUTOR : COLETIVA			
<p>Dá nova redação ao inciso II do artigo 30 e acrescenta parágrafo ao artigo 49 da Constituição Estadual.</p> <p>A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA promulga a seguinte Emenda Constitucional:</p> <p>Art. 1º. O inciso II do artigo 30 da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 30. (...)</p> <p>II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívidas públicas, e fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, na forma do artigo 46 e 49 desta Constituição e do artigo 24, inciso I, da Constituição Federal”.</p> <p>Art. 2º. Fica acrescentado o § 5º ao artigo 49 da Constituição Estadual, com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 49. (...)</p> <p>§ 5º. Em consonância com o artigo 46 desta Constituição, o Tribunal de Contas do Estado apresentará à Assembleia Legislativa, até o dia 31 de agosto de cada ano, o plano de ação anual de controle externo para o exercício seguinte, que sobre ele deliberará antes do encerramento da sessão legislativa.”.</p> <p>Art. 3º. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua promulgação.</p> <p>Plenário das Deliberações, 04 de novembro de 2009.</p>			



O PODER DO POVO

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - RONDÔNIA

www.ale.ro.gov.br

PROTOCOLO			Nº
		PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL	
AUTOR : COLETIVA			

JUSTIFICATIVA

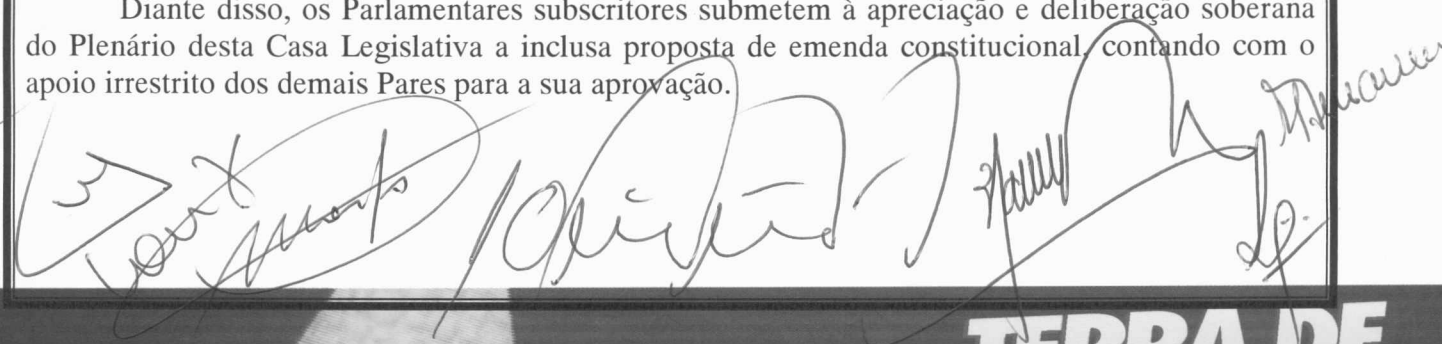
As competências dos Tribunais de Contas, em especial quanto ao controle externo, estão dispostas, basicamente, nos artigos 71 e 72 da Constituição Federal, que trata do Tribunal de Contas da União. Por seu turno, as competências do Tribunal de Contas Rondônia foram estabelecidas nos artigos 49 e 50 Constituição Estadual. Essas competências, conquanto não possam ser suavizadas pela legislação infraconstitucional, podem ser ampliadas por esta via e alteradas através de emenda constitucional.

Com efeito, ao legislador – desde que respeitados os limites da competência em razão da matéria – é possível alargar as atribuições das Cortes de Contas, com vistas ao melhor desempenho dessas funções, o que inclui a autorização do exercício de determinado poder normativo, que na Constituição Estadual fica restrito à propositura de projetos ao Poder Legislativo, que visem à criação e extinção dos cargos do TCE, bem como alteração da organização e dos serviços auxiliares.

A possibilidade dos Tribunais de Contas editarem atos normativos, mediante autorização legislativa infraconstitucional, que alargue suas competências constitucionais, a despeito de ser possível, não é obrigatória e muito menos configura direito ou prerrogativa da Corte de Contas, eis que suas competências, em essência e inabaláveis via legislação infraconstitucional, são somente aquelas constantes dos artigos 71 e 72 da Constituição Federal. Essas competências não podem ser mitigadas pelo legislador infraconstitucional estadual, mas somente via Emenda Constitucional. Já as que excedem a Constituição Federal, constantes de legislação infraconstitucional, podem ser alteradas a qualquer momento, obedecendo ao devido processo legislativo, eis que foi o próprio legislador infraconstitucional que as aprovou.

Diante disso, os Parlamentares subscritores submetem à apreciação e deliberação soberana do Plenário desta Casa Legislativa a inclusa proposta de emenda constitucional, contando com o apoio irrestrito dos demais Pares para a sua aprovação.

1



**TERRA DE
RONDONIENSE**
SOU DAQUI E EXIJO RESPEITO